

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS  A PAGAR NÃO PROCESSADOS (1)  (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<b>36.787.597,24</b>	-
Pessoal Ativo	26.935.714,86	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.851.882,38	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	<b>6.829.104,93</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.434.530,22	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.394.574,71	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	<b>29.958.492,31</b>	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.326.577.170,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = ( III a + III b )	29.958.492,31	0,0633%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	42.593.919,45	0,09%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	40.464.223,48	0,0855%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	38.334.527,51	0,0810%

FONTE: Relatórios SIAF/MG, em 10/09/2015 - RCL conforme informação da SEF-MG, em 14/09/2015.

(1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora Interna; Bruno César Ferreira, Contador; Frederico Braga Viana, Secretário Especial da Presidência; Juiz Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos, Presidente

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014  
 c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCE-MG

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS  A PAGAR NÃO PROCESSADOS (1)  (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<b>36.787.597,24</b>	-
Pessoal Ativo	26.935.714,86	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.851.882,38	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	<b>11.365.963,74</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.514.081,36	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.851.882,38	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	<b>25.421.633,50</b>	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.326.577.170,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = ( III a + III b )	25.421.633,50	<b>0,0537%</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	42.593.919,45	0,09%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	40.464.223,48	0,0855%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	38.334.527,51	0,0810%

FONTE: Relatórios SIAF/MG, em 10/09/2015 - RCL conforme informação da SEF-MG, em 14/09/2015.

(1) Nos demonstrativos elaborados no primeiro e segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Angelo de Magalhães Roque, Diretor-Executivo de Finanças; Marília Crispi Paixão Carneiro, Auditora Interna; Bruno César Ferreira, Contador; Frederico Braga Viana, Secretário Especial da Presidência; Juiz Cel PM Sócrates Edgard dos Anjos, Presidente